REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

O ENSINO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESAFIO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA

DISTANCE LEARNING IN MILITARY POLICE TRAINING: PEDAGOGICAL MEDIATION AND THE CHALLENGE OF OMNILATERAL TRAINING IN THE RONDÔNIA MILITARY POLICE

APRENDIZAJE A DISTANCIA EN LA FORMACIÓN DE LA POLICÍA MILITAR: MEDIACIÓN PEDAGÓGICA Y EL DESAFÍO DE LA FORMACIÓN OMNILATERAL EN LA POLICÍA MILITAR DE RONDÔNIA

Ednelza do Amaral Teixeira Nascimento[1]
Sérgio Nunes de Jesus[2]
Simone Matia da Silva[3]

RESUMO: O artigo analisa o desenvolvimento do ensino militar na Polícia Militar de Rondônia-PMRO, pois enfatiza a integração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com as transformações sociais, tecnológicas e o uso da Educação a Distância (EaD). Para a metodologia foi utilizado a pesquisa bibliográfica e documental que deu suporte para a construção do ambiente do ensino militar na PMRO. Sendo assim, fundamentado na pedagogia histórico-crítica, o estudo destaca o papel do professor como mediador, responsável pela promoção da formação integral do policial por meio de tecnologias emergentes, uma vez que, visa a autonomia profissional, reflexão crítica e responsabilidade social. Apesar da forte tradição hierárquica e disciplinar que caracteriza a educação militar, o estudo propõe a ressignificação desses princípios, articulando-os com a abordagem pedagógica que fomente o pensamento crítico e a autonomia do aluno, sem prejuízo ao papel estrutural da hierarquia. A implementação do EaD na corporação, visa a superação de barreiras geográficas e insuficiência de pessoal, ampliando-se a formação contínua com investimento na qualificação dos tutores e na adoção de práticas dialógicas. A partir dessa perspectiva, o ensino a distância não deve ser a reprodução do método presencial, mas estratégia que articule teoria, prática e valores organizacionais, bem como o fortalecimento do sentimento de pertencimento, identidade institucional e responsabilidade social. Assim, a formação omnilateral emerge como elemento central para preparar policiais

[1]Lattes: http://lattes.cnpq.br/9812892895451438 Orcid: https://orcid.org/0009-0005-8232-6366 Graduada em Segurança Pública (UNIR). Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Contato: ednelzaed@hotmail.com
[2]Lattes: http://lattes.cnpq.br/9648583745536616 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8255-751X
Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB). Mestre em Linguística (UNIR). Doutor em Estudos da Linguagem (UNICAP). Pós-Doutor em Cartografia Social-Discursiva (UEMA). Professor permanente no ProfLETRAS-IFRO; no PPGAgro-UNIR e no PPGLetras-UNIR. Colaborador no PPGL-UNEMAT; no ProfEPT-IFRO e no PPGECN-UNIR. Professor titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Pesquisador, escritor, músico e poeta. Contato: grupo.pda.ifro@gmail.com
[3]Lattes: http://lattes.cnpq.br/8896749747512296 Orcid: https://orcid.org/0009-0001-0247-0562 Licenciada em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas (UNESC). Pedagogia (UniCV). Cursa Mestrado em Linguística (UNEMAT). Desenvolve pesquisas nas áreas de Estudos da Linguagem, Análise de Discurso Materialista, Educação e Cultura, sob orientação dos professores Dr. José Ricardo Menacho (UNEMAT) e Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO, *campus* Cacoal). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES, 04/2025-03/2027), Processo nº 88887.161977/2025-00. Professora estatutária na Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC). Contato: teacher.simone.matia@gmail.com

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

capazes de atuarem de forma ética e cidadã, como também no enfrentamento dos desafios contemporâneos com competências técnicas, críticas e éticas. Portanto, a incorporação das práticas pedagógicas dialógicas e das tecnologias, contribui para a formação policial completa e socialmente consciente.
PALAVRAS-CHAVE: 1. Educação Profissional; 2. Ensino a Distância; 3. Mediação Pedagógica; 4. Formação Omnilateral; 5. Polícia Militar.

ABSTRACT: The article analyzes the development of military education in the Military Police of Rondônia - PMRO, as it emphasizes the integration of Professional and Technological Education (PTE) with social and technological transformations, and the use of Distance Education (DE). For the methodology, bibliographic and documental research was used, which supported the construction of the military education environment in PMRO. Thus, grounded in historical-critical pedagogy, the study highlights the role of the teacher as a mediator, responsible for promoting the comprehensive education of police officers through emerging technologies, aiming at professional autonomy, critical reflection and social responsibility. Despite the strong hierarchical and disciplinary tradition that characterizes military education, the study proposes a re-signification of these principles, articulating them with a pedagogical approach that fosters critical thinking and student autonomy, without undermining the structural role of hierarchy. The implementation of DE in the corporation aims to overcome geographical barriers and staff shortages, expanding continuing education with investment in tutor qualification and the adoption of dialogical practices. From this perspective, distance education should not be a reproduction of the in-person method, but rather a strategy that articulates theory, practice and organizational values, as well as strengthening the sense of belonging, institutional identity and social responsibility. Thus, omnilateral education emerges as a central element to prepare police officers capable of acting ethically and as citizens, as well as facing contemporary challenges with technical, critical and ethical competencies. Therefore, the incorporation of dialogical pedagogical practices and technologies contributes to a complete and socially conscious police education.
KEYWORDS: 1. Professional Education; 2. Distance Education; 3. Pedagogical Mediation; 4. Omnilateral Education; 5. Military Police.

RESUMEN: El artículo analiza el desarrollo de la enseñanza militar en la Policía Militar de Rondônia - PMRO, pues enfatiza la integración de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) con las transformaciones sociales y tecnológicas, y el uso de la Educación a Distancia (EaD). Para la metodología se utilizó la investigación bibliográfica y documental, que dio soporte para la construcción del ambiente de la enseñanza militar en la PMRO. De este modo, fundamentado en la pedagogía histórico-crítica, el estudio destaca el papel del profesor como mediador, responsable de la promoción de la formación integral del policía a través de tecnologías emergentes, ya que busca la autonomía profesional, la reflexión crítica y la responsabilidad social. A pesar de la fuerte tradición jerárquica y disciplinaria que caracteriza la educación militar, el estudio propone la resignificación de esos principios, articulándolos con un abordaje pedagógico que fomente el pensamiento crítico y la autonomía del alumno, sin perjuicio del papel estructural de la jerarquía. La implementación de la EaD en la corporación busca la superación de barreras geográficas y la insuficiencia de personal, ampliando la formación continua con inversión en la cualificación de los tutores y en la adopción de prácticas dialógicas. Desde esta perspectiva, la enseñanza a distancia no debe ser la reproducción del método presencial, sino una estrategia que articule teoría, práctica y valores organizacionales, así como el fortalecimiento del sentimiento de pertenencia, identidad institucional y responsabilidad social. Así, la formación omnilateral emerge como elemento central para preparar a policías capaces de actuar de forma ética y ciudadana, así como enfrentar los desafíos contemporáneos con competencias técnicas, críticas y éticas. Por lo tanto, la incorporación de las prácticas pedagógicas dialógicas y de las tecnologías contribuye a una formación policial completa y socialmente consciente.
PALABRAS CLAVE: 1. Educación Profesional; 2. Educación a Distancia; 3. Mediación Pedagógica; 4. Formación Omnilateral; 5. Policía Militar.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

INTRODUÇÃO

O país tem vivenciado mudanças no perfil criminal, marcada pelo avanço tecnológico articulado às práticas ilícitas do crime organizado. Diante desse cenário, a segurança pública tem realizado investimentos não somente em equipamentos, mas também em capacitação de pessoal, presencial ou a distância, a fim de preparar os profissionais para o combate qualificado à criminalidade.

No estado de Rondônia não tem sido diferente, a atuação das facções criminosas, também tem contribuído para o aumento dos índices e exigido da Polícia Militar atuação competente e estratégica diuturnamente nos quatro cantos do estado. Esse desempenho tem sido possível, em grande medida, pela formação de profissionais cada dia mais conscientes do papel na corporação e na sociedade.

Para que se torne eficiente e eficaz, é salutar que, o processo formativo seja omnilateral e o trabalho policial seja visto como princípio educativo. Nesse cenário, o ensino militar pode ser compreendido como espaço não formal de Educação Profissional e Tecnológica, pois busca a integração das dimensões técnica, prática, ética e social na formação. Além disso, articula com as transformações tecnológicas contemporâneas, que impactam a maneira como se ensina e aprende.

Diante dessa conjuntura, o Ensino a Distância emergiu enquanto estratégia pedagógica para a quebra das barreiras geográficas e a ampliação da formação com baixo investimento. Assim, essa modalidade consagrou-se na PMRO, a partir do ano de 2021, mas a normatização pela Secretaria de Estado, da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), é anterior, por meio da Lei no 3.105, de 25 de junho de 2013, que dispõe sobre cursos na modalidade de ensino a distância (EaD).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

Esse avanço, além de evidenciar que, a tecnologia não é fim em si mesma, também demonstrou que o processo formativo demanda intencionalidade pedagógica, e exige do professor maior dedicação e mediação qualificada no tripé conhecimento-tecnologia-discente. A partir desses eixos, o viés da formação omnilateral surge enquanto perspectiva desejável para o ensino militar, pois permite que, o policial compreenda criticamente a complexidade dos conflitos da sociedade.

O professor assume, então, a função central na mediação do conhecimento. Assim, busca-se analisar este papel do professor tutor do ensino a distância, por meio das bases da EPT, que podem fornecer ferramentas pedagógicas para que o ensino militar seja lugar de formação de profissionais autônomos, críticos e conscientes do lugar na sociedade.

Na era das transformações educacionais e da expansão das tecnologias emergentes, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a formação policial militar no ambiente do ensino a distância, sob o aspecto da mediação pedagógica do professor tutor e o desafio da formação omnilateral.

1. DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO DA EAD: FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica, promove a integração entre trabalho, ciência e cultura, e forma mais do que o profissional para o mercado laboral, ou seja, o ser consciente do papel na sociedade, preparado para o mundo do trabalho. A Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação, define no artigo 2º esse viés educativo como:

> Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

As características de integração com as demais modalidades de ensino e dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia, articulada com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho, faz da EPT viés educativo da promoção da formação integral, além de tornar possível a articulação com outras bases formativas como o ensino militar.

Essa proximidade, para o senso comum, parece não haver possiblidade. Todavia ao analisar as normativas que regem as duas bases, percebe-se a compatibilidade legal, permite que os docentes militares apliquem em sala de aula os preceitos principiológicos da EPT, conforme segue:

> IV - centralidade do **trabalho** assumido **como princípio educativo** e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
> V - **estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico** presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
> [...]
> VII - **indissociabilidade entre educação e prática social**, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
> VIII - **interdisciplinaridade** assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à **superação da fragmentação de conhecimentos** e da segmentação e descontextualização curricular;
> IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem. (Art. 3º da Resolução do CNE nº 1, de 5 de janeiro de 2021). (supressão nossa e grifos nossos)

Esses princípios, demonstram que, o ensino não é estático, mas dinâmico, pois a sociedade de onde parte o objeto de estudo, está em constante evolução. Desse modo, o mundo do trabalho é composto por seres humanos, que estão na busca incessante por mudanças em todos os sentidos da vida.

Tais transformações ressignificam as relações sociais e os modos de produção do conhecimento, pois exige que, “[...] não há ensino sem pesquisa e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

pesquisa sem ensino [...]" Freire (1996, p. 14). Assim, o professor deixa de ser transmissor e assume postura de pesquisador, aquele que ensina porque indaga, e o faz porque procura respostas às inquietações e percepções de mudanças na sociedade e na necessidade de ensinar aos alunos como acompanhar as mudanças, como também ser sujeito delas.

Dessa maneira, teoria e prática se unem na construção do conhecimento e quebram a barreira da fragmentação do conteúdo, ao promover a transdisciplinaridade, pois ao olhar para o mundo da pesquisa, o docente percebe que a disciplina compartimentada e reducionista, é incapaz por si só, de dar respostas às indagações e aos problemas do cotidiano que são multidimensionais.

Esse caminho formativo para Morin (2000, p. 39), é o que estimula o uso da inteligência geral, pois:

> A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar.

Perspectiva essa, que articula com as bases da Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que, promove o cultivo da curiosidade no discente, a fim de desenvolver as lateralidades, condição necessária para o profissional da segurança pública atuar no enfrentamento de complexas situações junto a sociedade, na busca de justiça social.

Essa acepção, encontra ainda nesse viés educativo, o estímulo ou o despertar da inteligência geral, ao considerar que, as características e princípios como a omnilateralidade, definida enquanto "[...] formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional [...]", conforme aponta Ciavatta (2014, p. 190-191). Consequentemente, trabalha a formação na integralidade, cria pontes para unir os conteúdos, a fim de desenvolver o processo de construção de conhecimento desfragmentado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

Ao articular-se com a base do ensino militar, a formação omnilateral amplia o horizonte formativo para além do domínio técnico-operacional, pois o policial passa a ser visto e tratado enquanto sujeito social, cujo mister profissional incide sobre a comunidade em que vive. Isso posto, requer no conceito de Ciavatta (2014), a formação que, integre as dimensões física, intelectual, ética e social de maneira indissociável.

A possibilidade da formação abranger os aspectos da vida, revela que, o policial é sujeito da sociedade para qual trabalha e nela, além de desenvolver as funções profissionais, também age enquanto ser social, pois a atuação profissional o beneficia enquanto membro da comunidade.

Ao fazer referência a Paracelso, Mészáros (2008, p. 49) observa que, "[...] a aprendizagem é, verdadeiramente a nossa própria vida [...]". Assim, ao longo da vivência, o ser humano continua a aprender e a sala de aula passa a ser o lugar de diálogo e aquisição de ferramentas para a administração e sistematização desse conhecimento.

Apesar da sala de aula pertencer a esse lugar, o autor traça crítica sobre a estrutura que, o capital expôs a maior parte dos estabelecimentos escolares, ao separar teoria e prática, bem como superespecializando-as, inibindo-se não somente, mas o desenvolvimento da criticidade.

Esse deslocamento no ensino militar, pode ser constatado mediante os critérios de escolha dos docentes, onde a experiência operacional é mais valorizada do que a formação pedagógica. Conforme dados da pesquisa, 2026, 85,7% dos professores tutores participantes, não tem habilitação formal para o exercício da docência. Isso reforça o saber técnico e deixa em segundo plano a reflexão sobre as dimensões que englobam a profissão.

O rompimento desse distanciamento, permite refletir sobre a própria estrutura organizacional que valoriza o conhecimento técnico em detrimento da problematização, o que exige intenção institucional. Nesse ponto, surge a aparente tensão entre hierarquia e autonomia, discutida ao longo desse artigo.

É válido ressaltar que, não se defende nesse trabalho a adaptação de métodos ou práticas pedagógicas, mas sim, repensar a crítica que Mészáros

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

(2008) faz a lógica fragmentadora perpetrada pelo capital no ensino institucionalizado, que deixa a formação militar suscetível a essas intervenções. Esse movimento de revisão crítica é pedagógica e institucionalmente viável, quando o ambiente da sala de aula vai além da transmissão de conteúdo e transforma-se no lugar de construção crítico. Com isso, o novo desenho ressignifica ou resgata o papel natural do professor.

De igual modo, estabelece-se o ambiente perfeito para trabalhar a criticidade do que está sendo transmitido e construído, como caminho a ser percorrido em direção a práxis. Nesse aspecto, o professor além de pesquisador, é mediador das relações do ensino aprendizagem, da construção do conhecimento, da articulação teoria-prática. Para Marx (2008, p. 245-248), a atividade humana é mediada, visto que, o processo educativo é impactado diretamente:

> Na distribuição, a sociedade, sob a forma de disposições gerais decisivas, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente. […] Mas não é somente o objeto que a produção fornece ao consumo. Imprime-lhe seu caráter determinado, seu acabamento. Em primeiro lugar, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que foi consumido de uma certa maneira por mediação, mais uma vez, da própria produção. (supressão nossa)

Sendo assim, é vista a partir do produto, que podem se materializar, em princípio, com o processo cognitivo em conhecimento, curiosidades e outras atividades humanas que traduzam significados para que medeiam a relação com o mundo, impactando-se a promoção nas evoluções. Nesse sentido, o aprendizado ao longo da vida é mediado, e resulta em mudanças no indivíduo e na relação com o outro e nas diversas situações do cotidiano.

Na pedagogia, o professor é o articulador do saber, pois promove o acesso dos discentes a este, a fim de prepará-lo para ser agentes de justiça e transformação social. Isso acontece quando o aluno entende a partir da realidade que é ser histórico e que o meio social é a gênesis do aprendizado. Assim, torna-se a dialética, pois para Saviani (2016, p. 77), a “Mediação é uma categoria central da dialética que, em articulação com a ‘ação recíproca’, compõe com a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

‘totalidade’ e a ‘contradição’ o arcabouço categorial básico da concepção dialética da realidade e do conhecimento”. (grifos do autor).

Portanto, o docente deve ter consciência que a mediação deve ser didática, e a preocupação de como o aluno constrói o conhecimento, visa o alcance do pensamento que seja capaz de permitir o diálogo entre a práxis cotidiana e o saber teórico apreendido.

No ensino a distância, a posição de mediador é complexa, pois é realizada sem a presença física. Além do conteúdo ensinado, o docente utiliza das tecnologias para influenciar o discente na construção do conhecimento.

Apesar da ausência do contato físico, segundo Fichmann (2009, p. 173), essa categoria de ensino superou barreiras de ocupação, idade, geográficas e temporais, uma vez que “[...] a ‘presença virtual’ passa a ser uma realidade no ciberespaço [...]” (grifos do autor), e tem promovido a democratização da educação, assim como ampliado as possibilidades de formação. Hoje em dia, está consagrada e ocupa papel de destaque na formação profissional, até mesmo em áreas estratégicas, como a segurança pública e as forças armadas.

Dentre as principais vantagens que atende a expectativa da corporação policial militar em Rondônia, está o fato de que essa modalidade educativa utiliza a tecnologia para o processo de aprendizagem, pois a interação entre tutor e aluno ocorre de forma síncrona ou assíncrona, e garante acesso ao conhecimento. A figura do professor, na acepção de transmissor de conhecimento, sai de cena e entra aquele que irá direcionar o aluno na trilha para a própria construção.

Nessa perspectiva, é relevante compreender que, a mediação pedagógica no EaD, não se limita ao uso instrumental das ferramentas digitais, mas pressupõe intencionalidade educativa, a fim de orientar o processo formativo e caminhar em direção à emancipação do discente. Sob esse olhar, Freire (1996, p. 12) afirma que, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Essa afirmação é mais desafiadora no ambiente virtual, onde a ausência da presença física pode

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

fragilizar os vínculos pedagógicos e comprometer a construção coletiva do saber.

Ao professor tutor, cabe ocupar o papel que transcende a transmissão de conteúdos programáticos e perpassa por manter vivo o aspecto dialógico do ensino. É responsável ainda, por criar condições para que o aluno policial se reconheça como sujeito do processo e não somente como mero receptor de informações. Essa dimensão dialógica, é condição para que o ato educativo seja humanizador, pois essa exigência encontra resistências estruturais dentro do militarismo, que precisam ser consideradas e, ao mesmo tempo, superadas de forma criteriosa.

A base do militarismo, a hierárquica, estrutura o ambiente policial militar, todavia, pode, quando transposta sem análise para o ambiente pedagógico, contribuir para a inibição da autonomia intelectual dos discentes. Nesse contexto, Saviani (2011, p. 120) afirma que, a pedagogia histórico-crítica parte do pressuposto de que "[...] a educação é vista como mediação no interior da prática social global [...]", o que implica no reconhecimento de que o aluno traz consigo a experiência de vida que precisa ser valorizada em sala de aula.

Na formação policial, esse reconhecimento é significativo, uma vez que, os policiais em formação atuam cotidianamente em ambiente de conflitos, que demandam a gestão de situações complexas. Assim, para o ambiente de aprendizagem, há a necessidade da ressignificação da hierarquia, o que não implica na negação, mas na reconfiguração pedagógica. A autoridade do professor tutor, sustentada pelo conhecimento e competência, se sobressairá em relação a autoridade hierárquica. Esse movimento cria o ambiente em que a disciplina será resultado da compreensão e não da imposição.

Entretanto, esse movimento enfrenta obstáculos naturais na estrutura hierarquizada, pois considera que, os instrutores que não tem formação pedagógica ou na área da licenciatura, ou ainda os que não tem formação alguma, que aprenderam que ensinar é apenas transmissão de conhecimento, barreira no processo de ensino-aprendizado. Para a criação de espaços de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

questionamento durante a ministração da disciplina, pode ser interpretado enquanto enfraquecimento formativo.

A superação de obstáculos dessa natureza, que se origina principalmente em quem deveria promover o debate, exige políticas institucionais voltadas para a formação inicial e continuada dos docentes. É válido destacar que, autonomia e disciplina não caminham separadas, mas se complementam para o fortalecimento do mister da Corporação, além de ser exigência da sociedade moderna, que está em constante desenvolvimento.

Essa ressignificação, é caminho sólido que aproxima o ensino militar aos princípios da EPT, pois valoriza a indissociabilidade entre teoria e prática, e com a perspectiva omnilateral, que concebe o ser humano na integralidade. Nesse sentido, retoma-se a noção de omnilateralidade, pois Gramsci (1979, p. 36), com a discussão sobre a escola unitária que tem sinônimos bem significativos "[...] de formação humanística, ou de cultura geral [...]", a qual deveria ser capaz de articular trabalho intelectual e trabalho manual, na perspectiva de formação integral. Essa concepção é a base da EPT, e encontra na formação policial aliada para a aplicação, principalmente pela complexidade da atividade policial, que exige ao mesmo tempo, habilidades críticas e reflexivas.

Assim, a formação omnilateral do policial, pressupõe que o processo educativo contemple o domínio de técnicas operacionais e o desenvolvimento da consciência crítica sobre o papel da segurança pública na sociedade democrática. Trata-se de formar o profissional que compreenda as raízes sociais da violência e atue com respeito à dignidade humana, e mediante tal comportamento, estabeleça relações de confiança com a comunidade. Esse horizonte formativo é o que diferencia a EPT, da formação tecnicista.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

O artigo foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na leitura e análise de obras de referência da Educação Profissional e Tecnológica, pedagogia histórico-crítica e do ensino a distância, utilizando-se de autores como Paulo Freire (1996); Dermeval Saviani (2011; 216); Maria Ciavatta (2014); Edgar Morin (2000); István Mészáros (2008); Antônio Gramsci (1979); Silvia Fichmann (2009), dentre outros.

A pesquisa documental, contemplou a análise da legislação pertinente ao EaD no contexto da segurança pública do estado de Rondônia, em especial a Lei Estadual nº 3.105, de 25 de junho de 2013, que dispõe sobre cursos na modalidade de ensino a distância e a Resolução CNE nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Esses documentos foram analisados a partir do referencial teórico, com o objetivo de verificar em que medida, as orientações normativas convergem com os princípios da formação omnilateral.

Foram inseridos ainda, resultados da pesquisa de campo realizada em 2026, pela autora, junto aos professores tutores do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Rondônia, realizado no ano de 2024.

A escolha metodológica, justifica-se pelo caráter reflexivo e propositivo do estudo, que tem como objetivo problematizar o modelo formativo adotado pela PMRO, assim como, propor caminhos para a qualificação à luz da EPT. Nesse sentido, a análise busca a articulação dos referenciais teóricos com o contexto institucional estudado e evidencia potencialidades, bem como possíveis limitações e perspectivas para a formação policial no ambiente do ensino a distância.

3. MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO OMNILATERAL NO ENSINO DA EAD: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

A análise dos documentos institucionais e da literatura especializada, permitiu identificar que, a implementação do EaD na PMRO, representa avanço significativo no processo de formação continuada. A instituição consagrou a implementação dessa modalidade de ensino nos últimos 10 anos, sendo que, o período pandêmico, vivenciado nos anos de 2020-2021, acelerou o processo e a colocou entre as Corporações Militares que adotaram o ambiente virtual de aprendizagem para os cursos de progressão na carreira. A exemplo do Exército Brasileiro (Duran, 2016), Polícia Militar do Paraná (Moura; Ramos Filho, 2025), Paraíba (Monteiro, 2023), Ceará (Costa; Barros, 2016) e outras.

Esse avanço, deu-se também pelo ambiente e conjuntura vivenciados, na extensão territorial do estado, por exemplo, o baixo número de efetivo dificulta a retirada do policial do serviço ordinário para o ambiente escolar, a fim de participar da formação por volta de 4 a 10 meses, período de duração dos cursos na Corporação. Esse cenário, conferia ao modelo tradicional de formação, caráter oneroso e sem padronização de formação, uma vez que, eram instituídos polos localizados nos maiores municípios, sem prévio alinhamento de ações pedagógicas.

A modalidade a distância, veio responder a essa demanda estrutural, pois possibilitou que policiais lotados nos distantes municípios tivessem acesso a cursos de formação e aperfeiçoamento sem a necessidade de deslocamento, em alguns casos, assim como, em certa medida, padronização metodológica.

Essa conquista, não pode ser desvinculada da reflexão sobre a qualidade pedagógica do processo formativo, uma vez que, a superação das barreiras geográficas é condição necessária, mas não suficiente, para a promoção da formação que atenda às exigências da prática policial contemporânea.

Nesse aspecto, o papel do professor tutor emerge como elemento decisivo. Diferentemente do modelo presencial, em que a presença física do docente e a interação imediata com os discentes criam condições naturais para o estabelecimento de vínculos pedagógicos, no EaD essa construção exige esforço constante.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

Portanto, há a necessidade do tutor ter ferramentas para o desenvolvimento de estratégias para manter o aluno motivado e criar espaços virtuais de diálogo que não se resumam ao repasse de informações, com o intuito de orientá-lo na construção autônoma do conhecimento.

Nesse contexto, a formação dos tutores constitui desafio que a PMRO ainda enfrenta. A transposição do profissional competente no campo operacional para a função de mediador pedagógico no ambiente virtual não ocorre de forma automática, uma vez que, “Seu papel mudou abruptamente de ser o único fornecedor de conhecimento para ser um facilitador que orienta este aluno à medida que ele explora, por si, o mundo expansivo do conhecimento” (Santos; Jesus; Souza, 2024. p. 8).

Para além da teoria, esse desafio é prático, pois na pesquisa realizada em 2026, com 14 docentes que ministraram disciplinas no ambiente virtual de aprendizagem para o Curso de Formação de Sargentos da PMRO/2024, demonstrou-se que 85,7% possuem habilitação para o bacharelado, e apenas 35,7% possuem habilitação em licenciatura para a docência.

Esses dados são agravados, ao constatar que, 64,2% dos pesquisados afirmaram não possuir ou ter pouco conhecimento sobre a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, documento que orienta a aproximação das bases dos ensinos militar e Educação Profissional e Tecnológica.

A realidade revelada por esses dados, indicam a ausência de política organizacional voltada para a formação inicial e continuada pedagógica, para àqueles que a Corporação confia o ensino. Uma vez que, esse docente recebe uma turma de alunos para instruir e domina com maestria o conhecimento técnico-operacional, entretanto o outro lado do mister formador – didático-metodológico - não tem preparo algum, qual seja, a mediação do saber crítico.

Essa realidade foi constatada nos dados da pesquisa, 2026, quando perguntados sobre o uso de metodologias voltadas para a aplicação prática dos conteúdos ministrados, pois 14,3% disseram que fazem uso em todas as aulas,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

entretanto a maior parte respondeu que faz uso apenas “quanto o conteúdo permite”. Um colaborador da pesquisa relatou que:

> Utilizo metodologias ativas, quando possível, em que o aluno participa da aula ativamente, principalmente discutindo casos práticos [...]. Contudo, atualmente, no âmbito da PMRO, as aulas ocorrem na modalidade EAD, o que limita a aplicação dessas atividades, ainda assim, busco adaptar a metodologia por meio de exposição dialogada, exemplos práticos e contextualização com situações reais da atividade policial (Professor Tutor, questionário aplicado, 2026).

Essa fala revela a tensão existente entre a intenção pedagógica e a condição estrutural que o artigo trabalha. É certo que, o tutor admite que precisa realizar a mediação, todavia, entende que tem limitações para assim fazer no ambiente virtual, e isso não demonstra desinteresse individual, mas falta de formação específica para operar nesse ambiente.

Apesar desse cenário, a pesquisa também demonstrou que, embora de forma individual há interesse dos docentes na aplicação prática do conteúdo das disciplinas. Dentre as ferramentas que fazem parte do processo de ensino, estão aquelas relacionadas a metodologias ativas e estratégias dialógicas, com índices em torno de 77% e 62% respectivamente. Os números indicam que, embora não haja políticas organizacionais, quem está em sala de aula sente a necessidade pela busca do conhecimento.

Essa mudança de posição, não se trata apenas de aprender a operar novas ferramentas digitais, mas de reorientar a relação com o saber e com o aluno. O docente que atua no ensino a distância na corporação, precisa superar a figura do especialista que detém respostas prontas e assumir a de quem mostra o caminho a ser seguido, rumo a construção do conhecimento e autonomia do discente.

Isso implica em reconhecer que, o policial em serviço carrega experiências concretas do cotidiano de trabalho, que não podem ser ignoradas, muito menos substituídas, mas devem ser colocadas em diálogo com o conhecimento sistematizado. É nesse encontro de experiências e saber elaborado, que a mediação do tutor ganha sentido pleno.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

Esse posicionamento, demanda formação específica em metodologias ativas, uso pedagógico das tecnologias e fundamentos da educação de adultos, aspectos que Freire (1996, p. 30), explorou ao afirmar que, o professor tem "[...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos [...] chegam [...], mas também, [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos [...]", ou seja, articular a teoria às experiências dos alunos. (supressões nossas)

No entanto, mais importante que as iniciativas individuais em sala de aula, sejam presenciais ou virtuais, é a intencionalidade institucional. A pesquisa realizada com esses docentes, identificou que, a formação inicial ocorre de maneira esporádica, de acordo com a necessidade de qualificar novos tutores. Todavia, essa habilitação ofertada apenas para manusear a plataforma, não perpassa por práticas pedagógicas, assim como, não é política permanente para formação nessa área.

Sendo assim, se ocorre essa ausência, também não é adotado indicadores para avaliação de tais práticas utilizadas pelos tutores na ministração das disciplinas. Essa mensuração da aprendizagem, resta a cargo dos comandantes dos sargentos, nesse caso, verificarem na prática do dia a dia, o quanto o graduado conseguiu apreender do que foi ensinado durante o curso.

No entanto, a qualidade da mediação docente sofre com a ausência de indicadores para acompanhamento formal do trabalho, e por conseguinte, a retroalimentação, a fim de melhorar na atuação individual para que a Corporação alcance a eficácia no ensino.

Essa ausência, justifica o distanciamento entre as normatizações da educação a distância na Corporação e da Educação Profissional e Tecnológica, e o que é realizado em sala de aula. Nesse cenário, a pesquisa deixou claro que, não se trata de resistência do docente em aceitar ou inovar as práticas de ensino, mas da falta de políticas organizacionais, que apenas ações isoladas não conseguem resolver. Isso reflete, ainda, no modo como o ambiente virtual é interpretado pelos tutores, que de algum modo, acabam por estender a ele as práticas que existiam antes.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

Esse é outro aspecto que merece atenção, a tendência de reproduzir no ambiente virtual a mesma lógica transmissiva do ensino presencial. Quando o curso a distância se reduz à disponibilização de materiais em formato de videoaulas expositivas e à realização de avaliações objetivas, perde-se a oportunidade de explorar as potencialidades dialógicas e colaborativas que as tecnologias digitais oferecem.

A Resolução nº 01/2021 do Conselho Nacional de Educação, que define as diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT, inciso VII, do artigo 3º, dispõe sobre a indissociabilidade entre educação e prática social, e o considera como um dos princípios dessa dimensão do ensino. Assim, no caso da formação de sargentos, curso pesquisado, o conteúdo repassado não pode sofrer descompasso com a realidade cotidiana do serviço.

Como complemento necessário para tornar esse princípio viável, o inciso VIII, do mesmo artigo, dispõe sobre a interdisciplinaridade, como prática pedagógica para a superação da fragmentação curricular. Tais princípios, quando aplicados a educação militar, evidencia a necessidade das disciplinas técnicas dialogarem com a formação humanística e as teóricas com as práticas, de forma que, nenhuma fique isolada, sem demonstrar o todo para o aluno.

Isso posto, torna-se significativo no ambiente virtual, uma vez que, quando é usado somente para transmissão de videoaulas e aplicação de provas objetivas, os princípios acima são severamente afrontados e o ensino a distância sofre com a simples reprodução do método tecnicista presencial, que a EPT pretende superar.

> Contudo, um erro muito comum é confundir inovação tecnológica com inovação pedagógica, como se toda e qualquer iniciativa realizada a distância fosse sinônimo de desenvolvimento. Os elogios vocalizados a favor dessa modalidade educacional geralmente apontam para as ideias de democratização e superação do paradigma tradicional de ensino, mas nem sempre esclarecem sobre suas limitações, problemas e limites (Duran, 2016, p. 3).

Essa advertência, torna-se relevante no contexto do ensino policial, onde a adoção do EaD pode ser motivada, prioritariamente, por razões de ordem logística e financeira, sem que haja projeto pedagógico consistente que oriente

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

o uso das tecnologias disponíveis. Quando isso ocorre, essa modalidade corre o risco de reproduzir, sob outra roupagem, os mesmos vícios do ensino presencial, que se pretendia superar como a passividade do aluno, a fragmentação dos conteúdos, a desconexão entre o que se aprende e o que se vive no exercício da função.

A inovação, nesse sentido, só se realiza quando há clareza sobre os fins formativos que se quer alcançar e sobre o papel que cada recurso tecnológico desempenha nesse percurso. Ferramentas como fóruns de discussão, encontros síncronos por videoconferência e atividades baseadas em resolução de problemas reais do cotidiano policial, podem enriquecer significativamente o processo formativo, aproximando-se teoria e prática, de maneira que, o modelo presencial convencional com as limitações de tempo e espaço, não consegue alcançar.

Esse cenário para parte dos docentes, é realidade nas aulas, pois a pesquisa de campo levantou que, fazem uso de práticas para a mensuração da aprendizagem. Foram encontradas categorias como o uso de fóruns de interação e a participação dos discentes, acompanhamento processual da aprendizagem no decorrer da ministração da disciplina, mediação de simulações de situações do cotidiano no serviço para aplicação prática.

Um dos colaborares da pesquisa, informou que, faz uso de “estudo de caso com situações da atividade fim da PMRO, debates dirigidos sobre o conteúdo, exercícios para fixação do conteúdo do tipo quiz/game” (Professor Tutor 03, questionário aplicado, 2026). Esse relato exemplifica exatamente quando a ferramenta tecnológica deixa de ser suporte, para ser instrumento de mediação pedagógica, devidamente vinculada com a prática cotidiana de quem está sendo formado.

A articulação entre os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e a realidade do ensino militar revela, ainda, a tensão no que se refere à relação entre hierarquia e autonomia. A estrutura hierárquica da Polícia Militar, embora essencial para o funcionamento da corporação, pode, quando não mediada pedagogicamente, produzir a postura de passividade intelectual dos discentes,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

que tendem a reproduzir respostas esperadas, em vez de desenvolverem pensamento próprio.

O desafio do educador, nesse contexto, é a criação de condições para que a autonomia no discente coexista com a disciplina institucional, sem que uma suprima a outra. Nesse sentido, Duran (2016, p. 7) afirma que:

> [...] a identificação dos problemas relacionados à Educação Militar não é indisciplina, mas atitude necessária aos profissionais que atuam com seriedade e que desejam enxergar as oportunidades de melhoria nos processos educativos.

A perspectiva do autor, traz à *baila* a importância do senso crítico dentro da formação profissional, não como ameaça à ordem, mas como condição para que se renove e se aperfeiçoe. O policial que aprende a observar com atenção os limites dos processos em que está inserido, desenvolve a competência para além do domínio técnico, pois passa a ser capaz de contribuir ativamente na qualidade da instituição a que serve. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica oferece à formação policial, fundamento que une rigor intelectual e compromisso social, sem dissolver a disciplina institucional, mas atribuindo-lhe sentido amplo e consciente.

Essa superação é fundamental para que o profissional passe a compreender a violência, por exemplo, não apenas como fenômeno a ser combatido operacionalmente, mas como expressão de contradições sociais, pois exigem respostas que vão além da ação policial em sentido restrito.

A compreensão ampliada da criminalidade e do próprio mister, não advém do ensino tecnicista, mas da formação que abrange as dimensões histórica, ética e social no processo ensino-aprendizagem, ou seja, se coloca sob a égide da formação omnilateral.

Nesse sentido, essa dimensão, não é opção pedagógica, mas sim, urgência. O policial que compreende as dimensões sociais, históricas e éticas da função, está bem preparado para agir com discernimento em situações limítrofes, para construir relações de confiança com a comunidade e para resistir às pressões institucionais que, eventualmente, podem conduzi-lo a práticas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

violadoras de direitos. Assim, a educação integral é, também, a educação para a legalidade e para a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido nesse artigo, permite afirmar que, a integração entre os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e a formação policial militar no ambiente do ensino a distância, constitui perspectiva pedagógica relevante e necessária para o aprimoramento do ensino na Polícia Militar de Rondônia.

A modalidade EaD, quando orientada pela intencionalidade formativa, baseada na omnilateralidade e na mediação dialógica, pode superar os limites impostos pela vasta extensão geográfica e ampliar não somente o alcance, mas principalmente a qualidade da formação continuada.

Ao retomar o questionamento inicial inserido na metodologia, percebe-se, após a realização da análise documental que há aproximação entre os dispostos nas normativas militares e os princípios da EPT, principalmente no que tange a formação omnilateral, embora ainda seja tímida. A principal norma que trata do ensino a distância, assim o faz, evidenciando-se questões logísticas, mas não orienta a formação propriamente.

Entretanto, a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2021, dispõe exatamente sobre o ponto que a norma acima ausenta, e define trabalho como princípio educativo, formação omnilateral, a impossibilidade de separa teoria e prática, como pilares da EPT. A norma, embora em esferas administrativas diferentes, complementam-se. No que se refere a EPT, apresenta fundamentos basilares para a formação integral na Corporação Policial Militar, uma vez que, a norma estadual não foi atualizada, deixando-se vácuo legal que, os docentes, individualmente buscam preencher.

Nesse processo, o professor tutor ocupa posição central, pois a atuação não pode se restringir à organização e ao acompanhamento de conteúdos digitais, mas deve se constituir como prática pedagógica intencional, orientada

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

pela compreensão das necessidades formativas dos policiais e pela capacidade de articular o saber técnico-operacional com a reflexão crítica sobre o papel social da segurança pública.

A ressignificação da hierarquia no ambiente pedagógico e a valorização da experiência dos discentes, como ponto de partida para a construção do conhecimento, aliado ao uso criativo das tecnologias digitais com instrumentos de mediação dialógica, são caminhos que a PMRO pode percorrer para que torne a proposta formativa eficaz.

Para tanto, é indispensável o investimento na formação continuada dos tutores, aliado ao desenvolvimento de materiais didáticos que dialoguem com a realidade do trabalho policial e na criação de ambientes virtuais de aprendizagem que favoreçam a reflexão coletiva.

Cabe reconhecer que, a formação omnilateral do policial militar, não é projeto que se conclui no curso ou programa de capacitação. Trata-se de ações permanentes, que demandam compromisso institucional e clareza sobre o tipo de profissional que a corporação e a sociedade necessitam, qual seja, o ser humano íntegro, competente, responsável, comprometido com os valores democráticos e com a dignidade da pessoa humana.

Assim, a aproximação das bases da Educação Profissional e Tecnológica com o ensino policial militar, tornou-se necessidade institucional evidente no resultado da pesquisa de campo, 2026, bem como, nas normativas e nas falas dos docentes participantes. É válido ressaltar que, essa discussão não propõe a substituição da técnica pela reflexão, mas a construção do processo de ensino-aprendizagem, em que as duas bases se articulem, de forma consciente e intencional, para a formação de tutores sargento na PMRO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE, 2021. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12021.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

CIAVATTA, Maria. O ensino integrador, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.23, p. 187-206, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9340/6688>. Acesso em: 23 mai. 2025.

COSTA, Erika Bataglia da; BARROS, Alexsandro Soares. A percepção da avaliação na aprendizagem na modalidade do ensino a distância dos alunos do curso de habilitação de sargentos da PMCE – CHS da AESPCe. Infor, Inov. Form., **Rev. NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.289-309, 2016. ISSN 2525-3476. Disponível em: <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/cdep3/article/view/InFor2120164>. Acesso em: 25 jan. 2026.

DURAN, Débora. Educação a distância no Exército Brasileiro: o desafio da qualidade na educação militar. **Anais do Congresso Internacional de Educação e Tecnologias**. Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/284.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2025.

FICHMANN, Silvia. A educação formal básica/fundamental e a EAD. *In:* LITTO, Fredric Michael, FORMIGA. Manuel Marcos, (Orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol. 2: os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Paolo Nosella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, Lúcia Veríssimo. **Educação à distância na Polícia Militar da Paraíba**: situação da perseverança dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem. (Especialização em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/2905>. Acesso em: 25 jan. 2026.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Jaine Chaves Luz de; RAMOS FILHO, Paulo Cézar. Educação à Distância (EaD) como pilar no planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2025, Disponível em:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/yttpqr26
Pages: 1-23

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/77027>. Acesso em: 6 mai. 2025.

RONDÔNIA. LEI NO 3.105, DE 25 DE JUNHO DE 2013. **Dispõe sobre cursos na modalidade de ensino a distância. Rondônia: Secretaria de Estado da Defesa e Cidadania.** Rondônia, 2013. Disponível em: <https://siga.pm.ro.gov.br/legislacao/visualizar-anexo/39/icyjNEB4aOuL6O2GBe4VBev7VRW6RN6fG5EvGvmV.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SANTOS, José Jarlison dos; JESUS, Sérgio Nunes de; SOUZA, Elizângela Ataíde de. Tecnologias no processo educacional: transformações pedagógicas e desafios ao/no ensino. **Revista FT**. ed. 140, vol. 29, p. 01-31, nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/tecnologias-no-processo-educacional-transformacoes-pedagogicas-e-desafios-ao-no-ensino/>. Acesso em: 28 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *In*: BARBOSA, Maria Valéria; MILLER, Stela; MELLO, Sueli Amaral. (Orgs.). **Teoria histórico-cultural**: questões fundamentais para a educação escolar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.77-101. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/88/2366/3987?inline=1>. Acesso: em 25 jan. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.